



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
- ANUAL -**

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO

Marinha Grande, 26 de abril de 2017



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço.....	6
3.2 Notas ao Balanço	8
3.3 Demonstração de Resultados	23
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	24
4. ENDIVIDAMENTO.....	34
5. CONTROLO ORÇAMENTAL.....	35
6. ENDIVIDAMENTO.....	44
7. CONTROLO INTERNO	45
8. FACTOS SUBSEQUENTES.....	47
9. RELATÓRIO DE GESTÃO	47
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	47
11. CONCLUSÕES	47
11.1 Reservas	48
11.2 Ênfases	48
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	48
12. AGRADECIMENTOS	52





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 26 de abril de 2017.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, immobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2016, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
 - Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes com prestações sociais;
 - Custos com Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos Financeiros;
 - Custos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
 - Proveitos e Ganhos Financeiros;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Proveitos e Ganhos Extraordinários;
- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos, por amostragem, alguns dos movimentos efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	61 381 129	14 136 780	-47 244 349	-77,0%
Imobilizações Incorpóreas	91 249	124 887	33 638	36,9%
Imobilizações Corpóreas	42 995 740	34 533 540	-8 462 199	-19,7%
Investimentos Financeiros	859 798	859 798	0	0,0%
Total	105 327 915	49 655 005	-55 672 910	-52,9%
Circulante				
Existências	288 929	284 148	-4 781	-1,7%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	18 697	16 742	-1 955	-10,5%
Clientes c/c	150 889	63 322	-87 566	-58,0%
Contribuintes c/c	9 713	11 860	2 147	22,1%
Utentes c/c	22 294	32 288	9 994	44,8%
Clientes cob. Duvidosa	944	14 473	13 528	1432,8%
Estado e O. Entes Públicos	7 953	16 175	8 222	103,4%
Outros Devedores	448 514	80 355	-368 159	-82,1%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	818 689	2 769 241	1 950 553	238,3%
Caixa	4 278	12 077	7 799	1,0%
Total	1 770 900	3 300 681	1 529 782	86,4%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	319 675	339 449	19 774	6,2%
Custos Diferidos	26 174	350	-25 824	-98,7%
Total	345 849	339 799	-6 051	-1,7%
TOTAL DO ATIVO	107 444 664	53 295 485	-54 149 179	-50,4%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0	0	0	-
Reservas	2 634 813	2 816 109	181 297	6,9%
Doações	9 557	9 557	0	0,0%
Resultados Transitados	-11 532 648	-63 280 440	-51 747 793	448,7%
Resultado Líquido do Exercício	1 812 965	-1 029 493	-2 842 458	-156,8%
Total	92 431 295	38 022 341	-54 408 954	-58,9%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões para riscos e encargos	0	200 000	200 000	-
Dívidas a Inst. Financeiras	1 059 740	1 318 689	258 949	24,4%
Fornecedores Locação financeira	74 032	176 661	102 629	138,6%
Fundo de Apoio Municipal	736 970	491 314	-245 656	-33,3%
Total	1 870 741	2 186 664	315 922	16,9%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Fornecedores c/c	130 344	32 077	-98 267	-75,4%
Fornecedores fact. Rec. Confª	340 625	501 371	160 746	47,2%
Fornecedores Imobilizado c/c	635 232	567 652	-67 580	-10,6%
Estado e O. Entes Públicos	185 364	178 520	-6 844	-3,7%
Outras Credores	587 212	658 537	71 324	12,1%
Total	1 878 776	1 938 157	59 380	3,2%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	792 015	860 876	68 861	8,7%
Proveitos Diferidos	10 471 836	10 287 448	-184 388	-1,8%
Total	11 263 851	11 148 323	-115 528	-1,0%
Total do Passivo	15 013 369	15 273 144	259 775	1,7%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	107 444 664	53 295 485	-54 149 179	-50,4%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) Durante o ano de 2016 continuou o esforço do Município para reconhecer e reconciliar o seu Património com a contabilidade, foi possível reconhecer como firme imobilizado que se encontrava em curso no valor de 3.811.597€.
- b) O quadro seguinte dá-nos a evolução do imobilizado líquido do Município no ano de 2016, por comparação com o ano de 2015:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	61 381 129	14 136 780	-47 244 349	-76,97%
Imobilizações Incorpóreas	91 249	124 887	33 638	36,86%
Imobilizações Corpóreas	42 995 740	34 533 540	-8 462 199	-19,68%
Invest ^º s Financeiros (FAM)	859 798	859 798	0	0,00%
Totais	105 327 915	49 655 005	-55 672 910	-52,86%

- c) Testamos 52% do movimento do ano de imobilizado corpóreo e 19% do movimento do ano de bens de domínio público.
- d) A informação obtida do Município relativa ao imobilizado em curso a 31/12/2016 indica que existem 4 obras em curso com o valor de 1.400.000€, aproximadamente. Tendo em conta que o saldo contabilístico é de 2.801.970€, consideramos que já deveriam ter transitado para firme 1.400.000€. Não o tendo sido estão por essa razão subavaliadas as amortizações do exercício em cerca de 70.000€ (taxa de amortização média de 5%).
- e) Conforme nota 2.8 do Anexo, foi detetado em 2016 um erro na transição do Património entre as aplicações da BASEMED (até 2012) e MEDIDATA (a partir de 2013). Da correção a que se procedeu resultou uma regularização das amortizações em crédito das contas 48 - Amortizações Acumuladas por débito da conta 59 – Resultados Transitados, na quantia de 53.461.520 euros.
- f) De acordo com informação do Município existem diversos bens por valorizar. Grande parte no entanto corresponde a terrenos que já foram alienados, pelo que a sua implicação nas contas é irrelevante. Esta situação vai ser regularizada em 2017.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- g) No que respeita ao Imobilizado Incorpóreo, testamos a totalidade do movimento do ano e não detetámos anomalias.
- h) Quanto ao Imobilizado Financeiro
- Diz respeito a participações em associações e fundo de apoio municipal.
 - O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão dever ser reclassificado como investimento em imóveis.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Matérias-primas	34 394	37 225	2 831	8,23%
Matérias subsidiárias	108 321	95 027	-13 294	-12,27%
Materiais diversos	146 214	151 896	5 682	3,89%
TOTAL	288 929	284 148	-4 781	-1,65%

- c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- d) Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.
- e) Face à irrelevância que pode advir de d), validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos

- a) Apresenta um saldo de 16.742€, que reflete empréstimos concedidos pelo Município ao abrigo do projeto FAME. Nestes projectos, o Município tem uma parceria com uma entidade bancária, tendo participado o financiamento de investimentos particulares que vão sendo liquidados ao Município à medida que são liquidados ao Banco financiador em função do contrato assinado entre o financiado, o Município e o Banco.
- b) O quadro seguinte reflete a evolução e o valor em dívida por parte de cada um dos empréstimos concedidos:

Titular	Saldos em		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
FAME				
VETE+ Serviços Veterinários	4 833	3 779	-1 055	-21,82%
Lurimpa	5 453	5 453	0	0,00%
Representações Matos	250	250	0	0,00%
Florinda e Custódio Leal	6 375	6 375	0	0,00%
José Henrique Porteiro	188	188	0	0,00%
Florinda Reis	1 598	698	-900	-56,32%
Total em dívida	18 697	16 742	-1 955	-10,45%

- c) Por entendermos que, não tendo em 2015 e em 2016 sido objeto de amortização por parte dos seus detentores 4 dos empréstimos, devem para os mesmos ser criadas provisões num total de 12.266€.
- d) Analisámos a evolução destas contas correntes e aceitámos, mas dada a irrelevância do exposto em c), validámos o saldo da conta.

3.2.2.3 - Clientes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 63.322 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Clientes c/c				
Clientes c/corrente - individual	1 394	863	-531	-38,11%
Clientes s/corrente - coletiva	149 494	62 459	-87 035	-58,22%
Total	150 889	63 322	-87 566	-58,03%





A

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- b) Foram regularizadas as divergências existentes em 2015 entre a contabilidade patrimonial e o balancete de terceiros.
- c) Foram constituídas provisões para clientes de cobrança duvidosa no valor de 70.476€. O critério seguido teve por base o POCAL.

3.2.2.4 - Contribuintes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 11.860 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Contribuintes c/c				
Impostos indiretos - coletiva	7 632	7 635	3	0,04%
Taxas - coletiva	2 081	4 225	2 144	103,00%
Total	9 713	11 860	2 147	22,10%

- b) Validámos os seus saldos.

3.2.2.5 - Utentes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 32.288 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Utentes c/c				
Utentes prestações serviços - individual	19 733	29 739	10 005	50,70%
Utentes prestações serviços - coletiva	2 561	2 550	-11	-0,43%
Total	22 294	32 288	9 994	44,83%

- b) Validámos os seus saldos

3.2.2.6 - Clientes de Cobrança Duvidosa

- a) A conta apresenta um saldo de 84.949€, para o qual está criada uma provisão de 70.476€.
- b) Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.2.7 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a haver em sede de IVA, que se elevam a 16.175€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
IVA	7 953	16 175	8 222	103,38%
Saldo Final	7 953	16 175	8 222	103,38%

- b) Todos os meses deve ser realizado o apuramento contabilístico do IVA.
- c) Existem divergências, em sede de IVA, entre o apuramento do Município e o apuramento automático da AT, o apuramento do Município está subavaliado, por essa razão o saldo da contabilidade está subavaliado em 4.234€.
- d) Dado que as divergências que podem advir do mencionado em c) não são relevantes, Validámos o saldo da conta.

3.2.2.8 - Outros Devedores

- a) Trata-se de valores correntes a receber da Administração Pública, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Devedores das Administrações Públicas	12 269	8 179	-4 090	-33,33%
FEDER	177 326	31 086	-146 240	-82,47%
Devedores Diversos	258 919	293 511	34 592	13,36%
Credores diversos	0	0	0	#DIV/0!
Operações orçamentais		907	907	#DIV/0!
Cobranças duvidosas - outros devedores	0	-253 329	-253 329	#DIV/0!
Total	448 514	80 355	-368 159	-82,08%

- c) No conjunto com os saldos de Outros devedores e credores, circularizámos 54% do saldo da conta.
- d) Existem divergências entre o balancete de terceiros e o saldo da contabilidade referente à conta de cauções e garantias. Deve ser averiguado o motivo da diferença e corrigida em 2017.
- e) Na venda de lotes o proveito deve ser reconhecido no momento da venda, independentemente do fluxo financeiro ser em prestações - Conta 2681109.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- f) De acordo com o referido na área de Depósitos à Ordem, o valor incorreto apurado na reconciliação da CGD for reconhecido numa conta de outros devedores (239.860€), foi provisionado.
- g) O comparativo do Balanço de 2016 na rubrica Outros devedores (ativo) e credores (passivo) não coincide em 907 € com o Balanço aprovado e certificado de 2015.

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 12.077€, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Este valor não excede o valor máximo permitido na norma de Controlo Interno.
- c) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existente, sem ter encontrado diferenças.
- d) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- e) O saldo de caixa apresenta-se conciliado e os movimentos no mesmo são efetuados de acordo com procedimentos corretos.

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
CGD (OT)	129 180
CGD (OT) CAUÇÕES	253 520
CGD (RO)	1 578 751
MG - Montepio Geral	
CCAM (RO)	17 859
SANT - Santander Totta	4 930
NB (RO)	32 661
MIL - Millenium/BCP	522 293





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

BAN - Banif	
BPI	40 212
CGD 19085	126 431
CGD VIA VERDE	28 266
NB - FAME	35 137
TOTAL	2 769 241

- b) Testamos todas reconciliações de Dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) Analisámos as reconciliações bancárias e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários.
- d) Analisámos os movimentos em aberto em final de ano e a sua concretização no ano imediato.
- e) No ano de 2016, e no seguimento das nossas recomendações de 2015, foi reconciliado o saldo da CGD, tendo sido detetada uma divergência de cerca de 239.860€. Na sequência foi instaurado processo disciplinar e constituída provisão no mesmo montante.
- f) A reconciliação bancária não deve servir apenas para identificar as diferenças existentes entre os saldos contabilísticos e bancários. É sobretudo um procedimento de controlo interno que permite a correcção de inconsistências entre os dois saldos. Por essa razão uma reconciliação correta não deve apresentar movimentos por reconciliar com data muito distante da data de reconciliação, assim se a data de reconciliação for de 31/12/2016, os movimentos por reconciliar não devem ser anteriores a 30/06/2016.
- g) As reconciliações bancárias apresentam movimentos por reconciliar anteriores a 2016. As mesmas devem ser identificadas e regularizadas em 2017.
- h) É nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município, ainda que o referido em f) e g) deva ser averiguado.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

Nesta área tem-se verificado uma melhoria dos procedimentos de registo das situações suscetíveis de acréscimo ou diferimento.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos reconhecidos no próprio exercício, por impostos, juros, serviços/ vendas realizado, mas sem documentação vinculativa, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Juros a receber	43	0	-43	-100,00%
Impostos Municipais	164 994	167 014	2 020	1,22%
Venda de bens e serviços	109 436	111 545	2 109	1,93%
Transferências correntes	0	13 937	13 937	-
Outros acréscimos de proveitos	45 202	46 952	1 751	3,87%
TOTAL	319 675	339 449	19 774	6,19%

- b) Verificámos os valores estimados pelo Município.
- c) De acordo com a informação disponibilizada na AT existem valores de impostos por transferir para o Município por não terem sido cobrados. Estes valores poderiam ser registados como acréscimo de proveitos. No entanto, e uma vez que não existe fiabilidade no seu recebimento, deveria ser constituída provisão de igual montante, o que tornaria este movimento sem influência no balanço e nas contas do Município.
- d) Validámos assim, o saldo desta conta.

3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Seguro de acidentes no trabalho	25 824	0	-25 824	-100,00%
Rendas	350	350	0	0,00%
Outros custos diferidos	0	0	0	-
TOTAL	26 174	350	-25 824	-98,66%

- b) Elevam-se no ano de 2016 a 350€.
- c) Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 - Empréstimos Obtidos

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos.
- b) Elevam-se no final do ano de 2016 a 1.318.689€, conforme quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2015	31/12/2016	€	%
De médio e longo prazo					
CGD	9015/002592/991	90 054	30 069	-59 985	-66,61%
CGD	9015/004428/291	349 686	209 945	-139 740	-39,96%
CGD	9015/005064/991	620 000	413 358	-206 642	-33,33%
CGD	9015/008222/291	0	491 995	491 995	-
CGD	9015/004428/291	0	69 982	69 982	-
CGD	9015/005064/991	0	103 340	103 340	-
Total		1 059 740	1 318 689	258 949	24,44%

- c) A totalidade dos Empréstimos bancários está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2017, e que se elevará a cerca de 230.000€, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.
- d) Em final validámos os saldos da conta.

3.2.5.2 - Fornecedores em regime de locação financeira.

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade, através de circularização dos mesmos em amostra suficiente para os validarmos.
- b) A conta apresenta um saldo de 176.661€.
- h) A amortização de contrato de leasing que correspondente a 2017 deve ser registado em curto prazo. O valor a considerar é de cerca de 80.000€.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 - Fornecedores

a) O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Fornecedores c/c				
Curto Prazo	130 344	32 077	-98 267	-75,39%
TOTAL	130 344	32 077	-98 267	-75,39%

- b) Circularizámos a 31/12/16, saldos, que correspondiam a 89% dos existentes.
- c) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, não obtivemos divergências.
- d) Foram regularizadas as divergências existentes entre a contabilidade patrimonial e o balancete de terceiros.
- e) Não existem pagamentos em atraso.
- f) Dada a neutralidade do assinalado em f), validámos o saldo da conta.

3.2.6.2 – Fornecedores e Fornecedores de imobilizado – Fact. em recepção e conf

- a) O saldo do Balanço da rubrica de faturas em recepção está sobreavaliado em 144.385€ por terem nele sido considerados os saldos de faturas em recepção da conta 2618 - fornecedores de imobilizado.
- b) O Balanço não reflete o saldo da conta 2618 - fornecedores de imobilizado faturas em recepção. O saldo foi adicionado ao da conta 228.

3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 178.520€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €	Variação
----------	---------	----------





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
IRS	42 682	42 335	-347	-0,81%
IVA	1 858	0	-1 858	-100,00%
Segurança Social	136 999	136 185	-814	-0,59%
ADSE	3 825	0	-3 825	-100,00%
Saldo Final	185 364	178 520	-6 844	-3,69%

- b) Saldos em aberto a 31/12/2016 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2017.
- c) Foram solicitadas certidões de não dívida, que confirmaram a inexistência de dívidas em mora.
- d) O saldo da CGA relativo aos funcionários está sobreavaliado em 7.254€. Esta divergência deve ser regularizada em 2017.
- e) Os valores das diferentes rubricas que compõem o saldo a favor do Estado foram analisados e validados, por entendermos não ter relevância o apontado em d).

3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado

- a) O saldo em 31/12/2016 é de 567.652 €, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	635 232	567 652	-67 580	-10,64%

- b) Foi feita a circularização conjunta dos saldos de Outros Devedores e Credores (54%) sem apurar diferenças nesta rubrica, pelo que validámos os saldos.

3.2.6.5 - Outros Credores

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Pessoal	18	18	0	0,00%
Sindicatos	2 219	2 225	6	0,26%
Administração Autárquica	0	0	0	-
Fundo de Apoio Municipal - CP	0	122 828	122 828	-
Fundo de Apoio Municipal - MLP	736 970	491 314	-245 656	-33,33%
Credores Diversos	584 975	533 465	-51 510	-8,81%
Total	1 324 182	1 149 850	-174 332	-13,17%

- b) O saldo em 31/12/2016 é de 1.149.850 €.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) Circularizámos no conjunto de saldo ativos e passivos da conta 26, 54% do saldo da conta.
- d) Validámos o saldo da conta

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

Tal como dizemos nos valores ativos verificou-se nesta área uma melhoria dos procedimentos de registo.

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	623 506	625 388	1 881	0,30%
Juros a liquidar	416	251	-165	-39,68%
Conta Gerência 2004	8 965	8 965	0	0,00%
Conta Gerência 2016	0	12 317	12 317	-
Conta Gerência 2015	10 675	10 675	0	0,00%
Conta Gerência 2007	10 453	10 453	0	0,00%
Conta Gerência 2008	9 460	9 460	0	0,00%
Conta Gerência 2009	9 897	9 897	0	0,00%
Conta Gerência 2010	9 255	9 255	0	0,00%
Conta Gerência 2012	9 931	9 931	0	0,00%
Conta Gerência 2013	10 106	10 106	0	0,00%
Conta Gerência 2014	11 373	11 373	0	0,00%
Outros acréscimos de custos - 2015	77 978	0	-77 978	-100,00%
Outros acréscimos de custos - 2016	0	132 805	132 805	-
TOTAL	792 015	860 876	68 861	8,69%

- c) Não foi acrescido os encargos de SS e CGA com férias e subsídio de férias, o que subavalia em cerca de 153.900€, a provisão para Remunerações a liquidar.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
COOPERAÇÃO TECNICA E FINANCEIRA	2 749 950	2 749 950	0	0,00%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 323 908	1 286 305	-37 603	-2,84%
Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	528 328	509 698	-18 630	-3,53%
Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	895 212	834 792	-60 420	-6,75%
Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	208 082	195 730	-12 352	-5,94%
Remodelação da Rua da Janelinha	743 096	697 720	-45 376	-6,11%
Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	379 986	379 986	0	0,00%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	195 559	187 346	-8 214	-4,20%
Plano de Sinalética	9 724	9 724	0	0,00%
Ciclos de Animação e Promoção do Património Cultural	94 522	94 522	0	0,00%
Construção do Edifício na Oficina da Criança	1 519 896	0	-1 519 896	-100,00%
Pista de atletismo	0	233 926	233 926	-
Beneficiação da Biblioteca Municipal	52 175	52 175	0	0,00%
Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra a Pedra	185 404	185 404	0	0,00%
NATURALE	34 946	34 946	0	0,00%
Iluminação Castelo	1 659	12 135	10 475	631,33%
Beneficiação da Biblioteca Municipal	0	-1 854	-1 854	-
Modernização Alentejo Central@2015	41 820	45 318	3 498	8,36%
Elaboração do plano estratégico	0	20 910	20 910	-
Sinalização Viária	137	137	0	0,00%
Caminho Agrícola de Escardeais - Lapas	2 316	2 316	0	0,00%
Outras	309 710	309 710	0	0,00%
Administrações Privadas	773 283	773 283	0	0,00%
Feder	1 666 604	1 666 604	0	0,00%
Proveitos diferidos - Rendas	-1 246 117	0	1 246 117	-100,00%
Outros Proveitos Diferidos	1 635	6 666	5 031	307,71%
TOTAL	10 471 836	10 287 448	-184 388	-1,76%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) Durante o ano de 2016 continuou o procedimento de reconciliação do imobilizado. No entanto, continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequentemente sujeitos a amortização, não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000€ de proveitos diferidos que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000€. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2017 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

III-FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,00%
Reservas	2 634 813	2 816 109	181 297	6,88%
Doações	9 557	9 557	0	0,00%
Resultados Transitados	-11 532 648	-63 280 440	-51 747 793	448,71%
Resultado Líquido do Exercício	1 812 965	-1 029 493	-2 842 458	-156,79%
Total	92 431 295	38 022 341	-54 408 954	-58,86%

3.2.8.1 - Património

Manteve os valores de 2015.

3.2.8.2 - Reservas

A proposta de aplicação do resultado líquido de 2015 indica que 5% do resultado deve ser transferido para reservas livres, por lapso foram transferidos os 5% para a conta de reservas estatutárias. Uma vez que não afeta as demonstrações financeiras vistas como um todo, deve em 2017 ser regularizado.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.8.3 - Doações

Manteve os valores de 2015.

3.2.8.4 - Resultados transitados

- a) Relativamente a 2015 esta conta teve uma variação negativa de 51.747.793€. Esta variação deve-se aos valores das amortizações associadas aos bens inscritos no Património neste ano e referidos no ponto 3.2.1.e) (53.461.520€), e à aplicação dos resultados do ano de 2015 e a pequenos ajustes.
- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas nas contas dos Fundos Próprios.

3.2.8.5 - Resultado Líquido do Período

Trata-se dos resultados apurados do ano, que foram negativos em 1.029.493€.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2015	31/12/2016	2015	2016
Custos e Perdas				
CMVMC	126 853	141 641	0,9%	0,8%
FSE	3 945 353	4 116 265	27,1%	23,0%
Pessoal	6 405 411	6 240 030	44,0%	34,9%
Transferências e Subs. Concedidos	1 434 160	1 669 824	9,8%	9,3%
Amortizações do exercício	843 097	3 690 782	5,8%	20,6%
Provisões do exercício	0	283 945	0,0%	1,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	494 970	646 959	3,4%	3,6%
Custos e Perdas Financeiros	27 683	44 141	0,2%	0,2%
Custos e Perdas Extraordinários	1 286 271	1 069 956	8,8%	6,0%
Total Custos	14 563 798	17 903 543	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	2 003 525	2 069 161	12,2%	12,3%
Impostos e Taxas	2 265 033	2 515 748	13,8%	14,9%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	11 778	15 581	0,1%	0,1%
Transferências e Subs. Obtidos	10 769 967	10 777 773	65,8%	63,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9 545	8 737	0,1%	0,1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1 065 790	1 137 938	6,5%	6,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	251 125	349 111	1,5%	2,1%
Total Proveitos	16 376 763	16 874 050	100,0%	100,0%
Resultado Líquido	1 812 965	-1 029 493		





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
 - Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos 31% do movimento do ano, não tendo detetando anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Matérias Primas;
 - Matérias Subsidiárias;
 - Materiais Diversos, e
 - Embalagens de Consumo.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica, que apresentam o seguinte conteúdo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Existências Iniciais	351 328	288 929	-62 399	-17,76%
Compras +- Reg Existências	64 453	136 860	72 406	112,34%
Existências Finais	288 929	284 148	-4 781	-1,65%
CMVMC	126 853	141 641	14 788	11,66%

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2015 para 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Subcontratos	914 601	883 594	-31 007	-3,39%
Eletricidade	590 917	447 432	-143 485	-24,28%
Combustíveis	289 926	236 623	-53 303	-18,39%
Rendas e Alugueres	124 019	265 515	141 497	114,09%
Comunicação	125 538	125 144	-394	-0,31%
Seguros	77 857	81 524	3 668	4,71%
Honorários	20 143	121 043	100 900	500,92%
Conservação e reparação	219 403	159 825	-59 578	-27,15%
Trabalhos Especializados	509 161	695 701	186 540	36,64%
Alimentação-refeições confeccionadas	43 245	43 806	561	1,30%
Restantes	1 030 545	1 056 058	25 513	2,48%
Total	3 945 353	4 116 265	170 912	4,33%

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente 2015, cerca de 4%, com especial incidência nas rubricas:

- i) Rendas e alugueres 114%
- ii) Honorários 501%

crescimento associado ao reforço da contratação de serviços na área informática, da investigação histórica e do apoio jurídico.

- iii) Trabalhos especializados 36,64%

Por outro lado verificaram-se decréscimos em:

- i) Eletricidade 24,28%
- ii) Conservação e Reparação 27,15%
- iii) Combustíveis 18,39%

- c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) Verificamos 17 % do movimento do ano de 2016.
- e) Analisados os documentos que considerámos “anormais” sem detetarmos divergências pelo que validámos o saldo da conta.

3.4.1.3 - Custos com Pessoal

- a) Tiveram um decréscimo de cerca de 3% relativamente a 2015:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	154 628	159 946	5 318	3,44%
Remunerações ao Pessoal	4 850 438	4 712 700	-137 738	-2,84%
Pensões	2 032	2 084	52	2,56%
Encargos sobre remunerações	1 166 777	1 123 865	-42 912	-3,68%
Seguros AT e doenças profissionais	35 879	59 494	23 614	65,82%
Outros custos com o pessoal	195 656	181 940	-13 716	-7,01%
Total	6 405 411	6 240 030	-165 381	-2,58%

- b) Validámos os valores da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios

- a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Instituições sem fins lucrativos. Existiu um aumento relativamente a 2015 em 16,43%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Administração Pública	375 199	447 559	72 360	19,29%
Administração Privada	31 943	68 572	36 630	114,67%
Outros setores institucionais	926 999	1 065 655	138 656	14,96%
Prestações sociais	22 115	22 149	34	0,16%
Outras	77 904	65 889	-12 015	-15,42%
Total	1 434 160	1 669 824	235 665	16,43%

- b) Testámos cerca de 16% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.
- c) Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento valido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo).
- d) Validamos os custos apresentados na rubrica.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos e taxas	475 384	620 580	145 196	30,54%
Quotizações	12 121	10 811	-1 310	-10,80%
Outros	7 465	15 568	8 103	108,55%
Total	494 970	646 959	151 989	30,71%

b) Testámos cerca de 32% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.

c) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

a) A conta teve o seguinte comportamento:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Bens de Domínio Público	324 914	2 532 756	2 207 842	679,52%
Imobilizações Incorpóreas	43 858	28 888	-14 970	-34,13%
Imobilizações Corpóreas	474 326	1 129 138	654 812	138,05%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	843 097	3 690 782	2 847 685	337,76%

b) A subida deve-se às amortizações devidos pela inclusão no património de diversos bens do domínio público inventariados no ano.

c) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.7 - Ajustamentos/Provisões

a) Foram efetuados ajustamentos (provisões) no exercício de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	0	83 945	83 945	-
Para riscos e encargos	0	200 000	200 000	-
Total	0	283 945	283 945	-





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- b) De acordo com informação do advogado na sua resposta à circularização foi constituída provisão para processos judiciais em curso no valor de 200.000€.

3.4.1.8 - Juros e custos financeiros

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros suportados	16 130	31 378	15 248	94,53%
Outros	11 553	12 763	1 210	10,47%
Total	27 683	44 141	16 458	59,45%

- b) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2015. Testámos cerca de 56% do movimento do ano. Não existem ajustamento a propor.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	1 011 288	698 821	-312 467	-30,90%
Perdas em existências	92 929	228	-92 701	-99,75%
Multas e penalidades	5 931	1 043	-4 888	-82,42%
Aumentos de amortizações e de provisões	0	239 860	239 860	-
Correções relativas a exercícios anteriores	409	0	-409	-100,00%
Outros	175 715	130 004	-45 710	-26,01%
Total	1 286 271	1 069 956	-216 315	-16,82%

- b) As transferências de Capital tiveram, relativamente a 2015, uma diminuição relativa de 31%.
- c) Outros- registou diversos acertos de contas efetuados no exercício.
- d) Foram testados cerca de 62% dos movimentos do ano e não detetamos qualquer anomalia.
- e) Validámos os valores apresentados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 - Vendas

a) A conta, no seu conjunto, apresenta valores semelhantes aos do ano de 2015:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Mercadorias	668	329	-339	-50,75%
Água	768 105	724 192	-43 913	-5,72%
Outros	7 445	53 348	45 903	616,59%
Subprodutos	650	131	-519	-79,85%
Anulações	-5	-501	-496	9999,60%
Total	776 863	777 499	636	0,08%

a) Validámos o saldo da conta.

3.4.2.2 - Prestação de Serviços

a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Saneamento	485 568	483 417	-2 151	-0,44%
Resíduos sólidos	286 724	343 214	56 490	19,70%
Transp. coletivos de pessoas e mercadorias	20 692	19 934	-758	-3,66%
Trabalhos por conta de particulares	15 027	15 259	233	1,55%
Cemitérios	54 712	34 016	-20 696	-37,83%
Instalações desport. culturais e recreativas	245 520	275 845	30 325	12,35%
Serviços sociais	47 379	49 723	2 344	4,95%
Outros	12 216	16 081	3 865	31,64%
Arrendamento de habitação social	59 440	58 520	-920	-1,55%
Restituições	-616	-4 348	-3 732	605,94%
Total	1 226 662	1 291 662	65 000	5,30%

b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.

c) No final validámos e aceitámos o saldo da conta que, no seu conjunto, difere do valor do ano anterior, por o saneamento ter passado a ser faturado.

d) Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2.3 - Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município.
- b) Nesta rubrica incluem-se:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos				
IMI	1 199 828	1 181 593	-18 235	-1,52%
Imposto Circulação	300 657	313 395	12 738	4,24%
IMT	509 578	718 987	209 410	41,09%
Derrama	228 358	195 653	-32 705	-14,32%
Impostos indiretos	52 350	53 172	823	1,57%
Total	2 290 769	2 462 800	172 030	7,51%
Taxas				
Mercados e Feiras	9 721	11 948	2 228	22,92%
Loteamentos e Obras	31 828	67 637	35 809	112,51%
Ocupação da via pública	1 087	158	-929	-85,49%
Caça uso e porte de arma	475	0	-475	-100,00%
Outros	7 752	7 407	-344	-4,44%
Multas e outras penalidades	1 762	2 044	282	15,98%
Total	52 624	89 194	36 570	69,49%
Reembolsos e Restituições	-69 513	-34 364	35 149	-50,56%
Anulações	-8 847	-1 882	6 966	-78,73%
Total	2 265 033	2 515 748	250 715	11,07%

- c) Verificaram-se subidas relativamente a 2015:
- Nas Taxas 69,49%.
 - No IMT 41,09%;
 - Nos Impostos Indiretos 1,57%.
- e descidas em:
- Na Derrama 14,32%;
 - no IMI, 1,52%.
- d) No cômputo geral, tiveram um acréscimo de 11,07% relativamente a 2015.
- e) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- f) No final validámos os saldos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2.4 - Transferências e Subsídios Obtidos

a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Outros	294 718	294 240	-478	-0,16%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8 551 680	8 669 626	117 946	1,38%
Fundo Social Municipal	281 186	281 186	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	542 643	538 316	-4 327	-0,80%
Transferências de capital	950 187	963 292	13 105	1,38%
Fundos e serviços autónomos	0	3 949	3 949	-
Exterior	123 343	22 827	-100 516	-81,49%
Outras transferências e subsídios obtidos	26 210	4 338	-21 872	-83,45%
Total	10 769 967	10 777 773	7 806	0,07%

c) Analisámos mensalmente a obtenção dos subsídios e as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização tanto dos primeiros como das segundas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.5 - Proveitos Suplementares

a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Aluguer de equipamento	2 765	2 907	142	5,12%
Alugueres diversos	9 013	12 674	3 661	40,62%
Total	11 778	15 581	3 803	32,29%

b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2.6 - Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Outras	9 545	8 737	-808	-8,46%
Total	9 545	8 737	-808	-8,46%

b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.7 - Trabalhos para a própria entidade

- a) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, que entendemos não ser relevante.
- b) Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

3.4.2.8 - Proveitos e Ganhos Financeiros

a) A conta inclui juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros Obtidos	259	84	-175	-67,64%
Rendimentos de imóveis	1 065 531	1 137 855	72 323	6,79%
Total	1 065 790	1 137 938	72 149	6,77%

b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.2.9 - Proveitos Extraordinários

a) Inclui:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Ganhos em Imobilizações	106 225	82 084	-24 140	-22,73%
Benefícios de penalidades contratuais	24 738	14 555	-10 183	-41,16%
Correções relativas a exercícios anteriores	17 410	38 954	21 544	123,74%
Outros	102 753	213 519	110 765	107,80%
Total	251 125	349 111	97 986	39,02%

- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2016)						Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM					
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)]-(16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
3.796.903	102.878	3.899.781	382.029	614.142	2.903.610	0	18.877.023	-2,25%	0	3.828.898

- a) O quadro transcrito acima, reflete a situação do Município em 31/12/2016 obtido a partir de dados do Município. Pelo análise do mesmo, verifica-se que o Município cumpria o limite de dívida total, tendo ainda margem utilizável para aumento da dívida de curto prazo e /ou a obtenção de empréstimos de médio e longo prazo, de 3.828.898€, desde que não origine o aumento dos pagamentos em atraso.
- b) Relativamente ao final de 2016 a dívida baixou 2,25%, e a margem disponível por utilizar subiu para 3.828.898€.
- c) No conjunto verificou-se uma ligeira melhoria ao nível do endividamento do Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise, tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2016, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Orçamento 2016	Despesas	Receitas
Despesas		
Correntes	12.563.140	16.212.961
Capital	6.538.063	2.830.242
Outras		58.000
Total	19.101.203	19.101.203

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas €	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.930.322	16.213.461
Capital	5.592.482	2.830.242
Reposições		58.000
Saldo gerência		421.101
Total	19.522.803	19.522.803

5. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial um decréscimo da despesa e da receita de 2,2%, mais sentido ao nível das despesas de correntes que tiveram um acréscimo em valores absolutos de 10,9%.
6. Verificámos cerca de 25% da despesa paga no ano e cerca de 85% da receita cobrada.
7. Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2015.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente a 2015 os seguintes:

Rácios	31/12/2015	31/12/2016
Peso da Receita Própria na Receita Total	18,47%	20,51%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	117,28%	123,41%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	75,82%	81,34%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	24,18%	18,66%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	50,32%	48,04%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	31,89%	22,95%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	0,22%	1,85%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	47,27%	49,82%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a. **O peso da receita própria** (excluindo os Impostos diretos) **na receita total** mantém-se relativamente baixo, pelo que o Município continua muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O seu peso relativo aumentou relativamente ao do ano anterior, de 18,47% em 2015 para 20,51% em 2016.

b. **A receita corrente continuou a superar a despesa corrente**, tendo mesmo aumentado o grau de cobertura, que foi de 117,28% em 2015 aumentando para 123,41% em 2016.

c. **O peso da despesa corrente na despesa total** em 2016, aumentou relativamente ao nível do ano de 2015 (75,82% em 2015 para 81,34% em 2016).

d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 24,18% em 2015 diminuiu para 18,66% em 2016.

e. **O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** diminuiu, de 50,32% em 2015 para 48,04% em 2016.

f. **As despesas de capital** equivaleram em 2016 a 22,95% das despesas correntes. Situando-se abaixo do nível de 2015 onde haviam sido de 31,89%.

g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) **na despesa total** apresenta uma subida de 0,22% em 2015 para 1,85% em 2016.

h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve uma subida de 47,27% em 2015 para 49,82% em 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

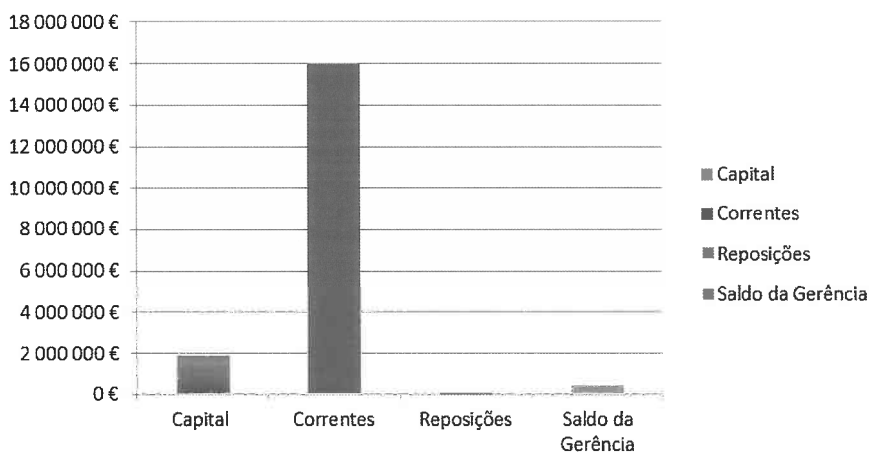
Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.2.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2016:

Mapas da Receita 2016 (€)								
Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Liquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2015	2016
Capital	2 830 242	14,50%	189 595	1 886 913	10,32%	51 535	72,35%	66,67%
Correntes	16 213 461	83,05%	439 814	15 970 335	87,32%	469 241	88,66%	98,50%
Reposições	58 000	0,30%	0	12 013	0,07%	0	3473,98%	20,71%
Saldo da Gerência	421 101	2,16%	0	421 101	2,30%	0	100,00%	100,00%
Total	19 522 803	100,00%	629 409	18 290 362	100,00%	520 775	86,82%	93,69%

2. Das receitas previstas corrigidas foram executadas, 66,67% das de capital e 98,50% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 93,69%, o que coloca o Município fora da alçada do artº 56º da Lei 73/2013, quanto aos alertas precoces sobre endividamento.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2015, verifica-se que a execução global, passou de 86,82% em 2015 para 93,69% em 2016, o que se traduz numa subida relativa de 7,9%.
4. O que graficamente se apresenta do seguinte modo:





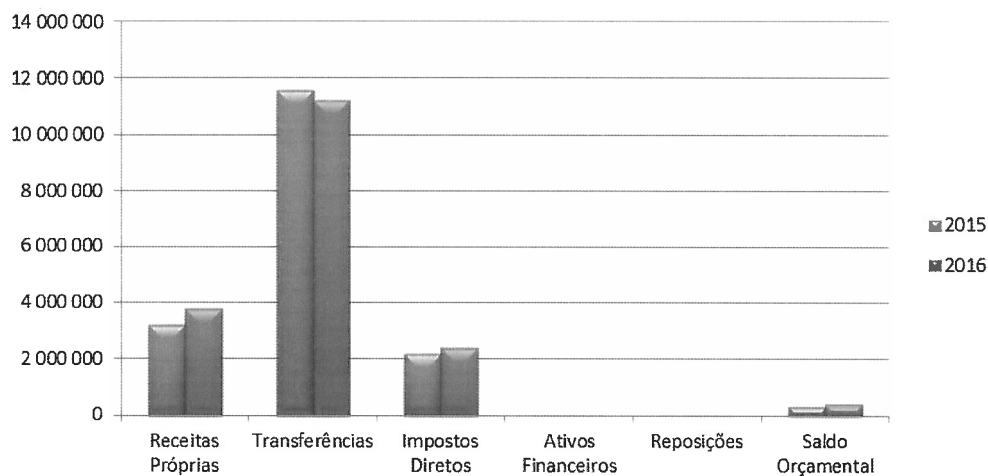
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2015 e de 2016 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	2015 (€)	2016 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	3 196 668	3 751 320	554 651	17,35%
Transferências	11 576 084	11 221 664	-354 420	-3,06%
Impostos Diretos	2 174 882	2 390 316	215 433	9,91%
Ativos Financeiros	839	1 955	1 115	132,85%
Passivos Financeiros	0	491 995	491 995	-
Reposições	17 370	12 013	-5 357	-30,84%
Saldo Orçamental	337 266	421 101	83 835	24,86%
Total	17 303 110	18 290 362	987 252	5,71%

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Verifica-se, um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2015, 66,90% do total baixando em 2016 para 61,35%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os impostos diretos, que representaram 12,57% em 2015 e 13,07% em 2016 e as receitas próprias que representaram em 2015, 18,47% e subiram em 2016, 20,51% da receita municipal.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2016 teve um comportamento substancialmente acima do verificado em 2015 (86,82% contra 93,69%).





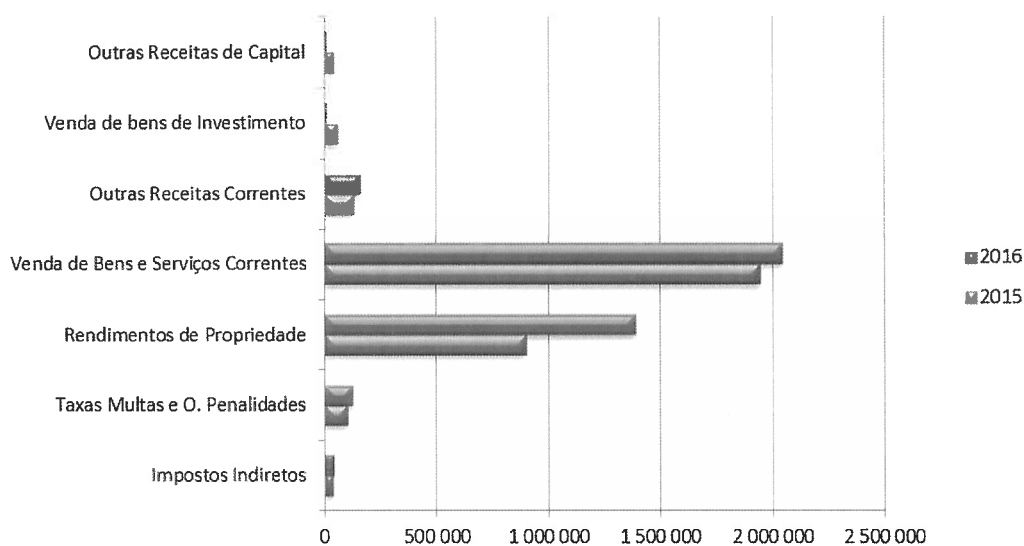
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

10. Quanto às receitas próprias apresentam-se da seguinte forma nos anos de 2015 e de 2016:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS			
	2015 (€)	2016 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Indiretos	36 328	37 467	1 138	3,13%
Taxas Multas e O. Penalidades	102 041	123 821	21 780	21,34%
Rendimentos de Propriedade	896 684	1 384 702	488 019	54,42%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 944 081	2 040 270	96 189	4,95%
Outras Receitas Correntes	126 286	153 737	27 451	21,74%
Venda de bens de Investimento	53 625	4 293	-49 332	-91,99%
Outras Receitas de Capital	37 624	7 030	-30 595	-81,32%
Total	3 196 668	3 751 320	554 651	17,35%

11. O que graficamente se traduz em:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

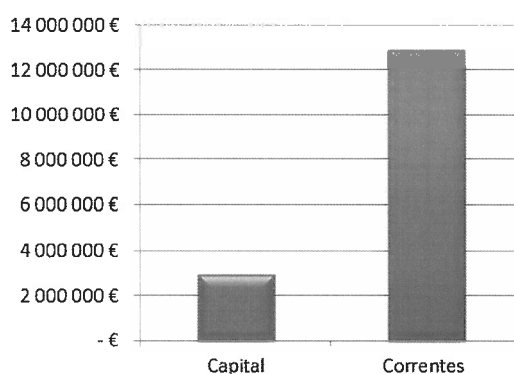
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.2.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2015 e de 2016:

Mapas da Despesa 2016 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2015	2016
Capital	5 592 482	28,65%	7 845 686	2 969 252	18,66%	1 170 242	67,60%	53,09%
Correntes	13 930 322	71,35%	14 434 718	12 940 414	81,34%	821 281	92,69%	92,89%
Total	19 522 803	100,00%	22 280 404	15 909 667	100,00%	1 991 523	85,06%	81,49%

2. O que graficamente, e para o ano de 2016, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 81,49% em 2016, abaixo da execução de 2015 que foi de 85,06%. A despesa líquida de capital paga foi de 53,09% da dotação para o ano em 2016. Em 2015 havia sido de 67,60%.

4. O Execução do orçamento da despesa em 2016 foi superior ao de 2015, o que se deve essencialmente ao aumento das Transferências correntes e das Outras Despesas correntes. Note-se porém que em 2016 a despesa foi inferior em 6,15% à de 2015.





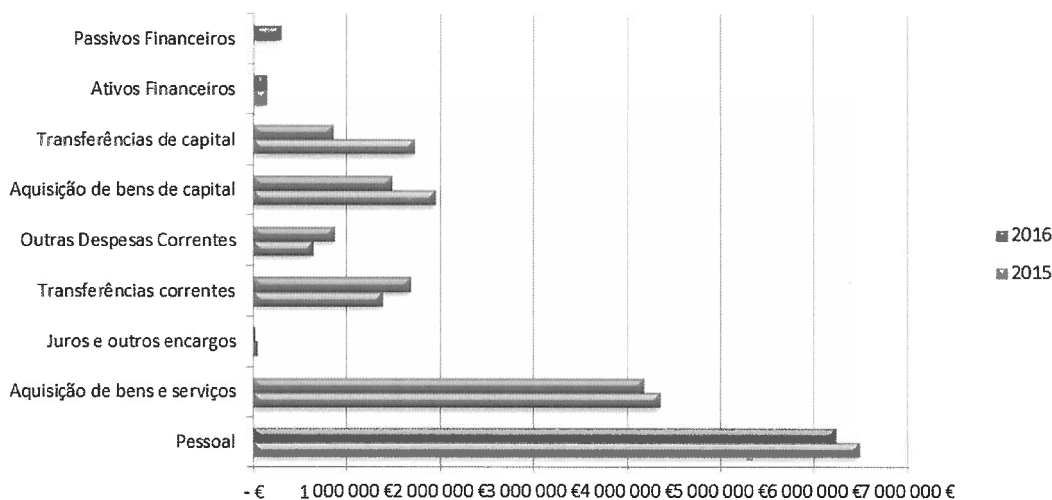
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2015 e em 2016 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	2015 (€)	2016 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6 467 178	6 216 252	-250 926	-3,88%
Aquisição de bens e serviços	4 344 756	4 174 869	-169 887	-3,91%
Juros e outros encargos	37 611	12 502	-25 109	-66,76%
Transferências correntes	1 375 935	1 672 922	296 988	21,58%
Outras Despesas Correntes	627 700	863 869	236 169	37,62%
Total 1	12 853 179	12 940 414	87 235	0,68%
Aquisição de bens de capital	1 937 473	1 479 315	-458 157	-23,65%
Transferências de capital	1 718 653	851 630	-867 024	-50,45%
Ativos Financeiros	122 828	122 828	0	0,00%
Passivos Financeiros	319 449	233 046	-86 403	-27,05%
Outras Despesas de Capital	0	282 433	282 433	-
Total 2	4 098 403	2 969 252	-1 129 150	-27,55%
Total (1+2)	16 951 582	15 909 667	-1 041 915	-6,15%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2015:

- As despesas com Pessoal diminuiram relativamente a 2015, 3,88% (250.926€),
- A aquisição de bens e serviços diminuiu 3,91% (169.887€),
- Os juros e outros encargos desceram 66,76%,
- As transferências correntes aumentaram em 21,58% (298.988€),
- As aquisição de bens de capital desceram 23,65% (458.157€),





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- f. As transferências de capital diminuiram 50,45% (867.024€),
- g. A amortização de passivos financeiros desceu 27,05% (86.403€).

8. Em 2016 continuam a ser as despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam a maior parte do volume da despesa (39,07% do total em 2016, contra 38,15% em 2015). Em termos reais, no entanto, este tipo de despesa tiveram um decréscimo de 250.926€.
9. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2016, 26,24% do total das despesas, situando-se abaixo do nível de 2015. Em termos reais, estas despesas tiveram um decréscimo de 169.887€.
10. Os juros e outros encargos diminuiram, passando de 0,22% em 2015 da despesa total para 0,08% em 2016.
11. As transferências correntes pagas representam 10,52% do total das despesas pagas em 2016, aumentando o peso relativo relativamente a 2015, ano em que representaram 8,12%.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas das totais de 11,43% do total das despesas pagas em 2015, para 9,30% em 2016. Em valores absolutos tiveram uma quebra em 2016 de 458.157€ (23,65%).
13. As transferências de capital representaram em 2015, 10,14% da despesa pagas, tendo representado em 2016, 5,35% .





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.3 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2016, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2016 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração Geral	982 441	1 937 642	0	380 451	38,73%	13,03%
Proteção civil e luta contra incêndios	69 500	77 000	0	67 538	97,18%	46,10%
Total	1 051 941	2 014 642	0	447 989	42,59%	14,61%
Funções Sociais						
Ensino não superior	193 181	513 000	0	41 788	21,63%	5,92%
Serviços auxiliares de ensino	1 000	1 000	0	0	0,00%	0,00%
Ação Social	246 720	411 000	0	245 714	99,59%	37,36%
Habituação	87 050	151 000	0	47 118	54,13%	19,79%
Ordenamento do Território	457 421	270 856	0	42 120	9,21%	5,78%
Saneamento	107 550	108 500	0	65 468	60,87%	30,30%
Abastecimento de água	407 508	356 000	0	172 014	42,21%	22,53%
Resíduos Sólidos	10 000	10 000	0	5 799	57,99%	29,00%
Proteção do Meio Amb. e Conserv. da Nat.	143 671	99 500	0	58 715	40,87%	24,15%
Cultura	233 661	1 507 000	0	111 227	47,60%	6,39%
Desporto, Recreio e Lazer	1 351 988	106 000	0	810 830	59,97%	55,61%
Total	3 239 750	3 533 856	0	1 600 795	49,41%	23,63%
Funções Económicas						
Indústria e Energia	24 961	101 000	0	23 888	95,70%	18,96%
Transportes e Comunicações	652 453	2 114 210	0	345 912	53,02%	12,50%
Transporte Fluviais	800	0	0	0	0,00%	0,00%
Mercados e Feiras	3 100	15 000	0	0	0,00%	0,00%
Turismo	100	51 000	0	0	0,00%	0,00%
Outras funções económicas	27 895	85 500	0	2 500	8,96%	2,20%
Total	709 309	2 366 710	0	372 300	52,49%	12,10%
Outras Funções						
Transferências entre administrações	263 000	263 000	0	262 026	99,63%	49,81%
Diversas não especificadas	91 100	110 000	0	53 097	58,28%	26,40%
Total	354 100	373 000	0	315 123	88,99%	43,34%
Total	5 355 101	8 288 208	0	2 736 206	51,10%	20,06%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2016 representa 51,1% do total previsto para o ano.

3. As rubricas das funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- Ação Social (99,59%),
- Saneamento (60,87%),
- Desporto, recreio e lazer (59,97%),





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. Resíduos sólidos (57,99%).
4. As rubricas das funções económicas que mostraram maior índice de execução no ano são:
- a. Indústria e energia (95,70%);
 - b. Transportes e comunicações (53,02%).
5. O nível de execução Global do PPI está nos 20,06% no final do ano de 2016.

6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo.”

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 252.468 €, de acordo com o quadro seguinte:

Empréstimos Contratados	Data da contratação	Em dívida 31/12/2013	anos			amort. A considerar
			iniciais	decorridos	em falta	
9015002592991	03/10/2001	149 652	15	12	3	49 884
9015004428291	09/08/2005	418 866	15	8	7	59 838
9015005064991	20/10/2006	748 367	15	7	8	93 546
9015008222291	17/07/2015		10			49 200
TOTAL		1 448 538				252 468

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





4

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Equilíbrio Orçamental 2016	
Receita corrente bruta Cobrada	15 987 943
Despesa corrente paga	12 940 414
Amortização emp ^{os} ML Prazo	252 468
Total	13 192 882
Excedente	2 795 061

4. O Município tem equilíbrio orçamental.

5. O excedente é de 2.795.061€.

7. CONTROLO INTERNO

Reanalísamos o funcionamento do controlo interno que, em nossa opinião funciona de forma regular. Há porém alguns (poucos) aspetos, que carecem de aprofundamento. No essencial são os mesmos que havíamos apontado em relatórios anteriores, nomeadamente:

7.1 Disponibilidades

A importância existente em caixa deve conter-se entre um mínimo do índice 100 da tabela salarial da função pública e um máximo de 25 vezes.

7.2 Terceiros

- a) A requisição externa deve ser emitida em quadruplicado destinando-se o original e o duplicado ao fornecedor, o triplicado à Secção de Aprovisionamento e Património a fim de ser conferido com os restantes documentos originados pela compra (guia de remessa, guia de entrada em armazém e fatura do fornecedor) e o quadruplicado ao serviço requisitante.
- b) As requisições externas ou contratos devem ser remetidos à Secção de Aprovisionamento e Património que este proceda à atualização das existências e do inventário patrimonial.
- c) Periodicamente devem feitas as seguintes reconciliações:
 - i. Entre os extratos de conta corrente dos clientes e dos fornecedores e as respetivas contas da autarquia;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- ii. Nas contas de empréstimos bancários, calculando os juros e confrontando-os com os debitados pela instituição de crédito.

7.3 Existências

- a) Os registos nas fichas de existências devem ser feitos por pessoas que, sempre que possível, não procedam ao manuseamento físico das existências em armazém.
- b) A receção dos bens deve ser feita mediante guia de devolução ao armazém, no que se refere aos bens devolvidos ao mesmo.
- c) As guias de devolução devem ser assinadas tanto pelos funcionários que devolvem os bens bem como pelos que procedem à sua receção.
- d) Após a receção dos bens devolvidos, o responsável pelo armazém deve assinar por a guia de devolução, enviar o original para a Secção de Aprovisionamento e Património, entregar o duplicado ao funcionário que procede à devolução e arquivar o triplicado.
- e) As existências devem também ser sujeitas a inventariações física no final de cada trimestre, através de testes de amostragem.
- f) As inventariações devem ser efetuadas por funcionários que não estejam ligados à receção e entrega de bens.

7.4 Imobilizado

- a) Anualmente, a Secção de Contabilidade e a Secção de Aprovisionamento Património devem promover a realização de reconciliações entre os registos das fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições, das amortizações do exercício, amortizações acumuladas e abates.
- b) A Secção de Aprovisionamento e Património deve efetuar durante os meses de novembro e dezembro de cada ano, a verificação física de todos os bens do ativo imobilizado e a sua operacionalidade, conferindo-a com os seus registos.
- c) Em janeiro de cada ano a Secção de Aprovisionamento e Património deve enviar a cada funcionário, um inventário patrimonial atualizado, da sua responsabilidade, a fim de o mesmo ser devidamente subscrito.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam distribuídos, para o que deve subscrever documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante do inventário.
- e) Relativamente aos bens e equipamentos coletivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção ou setor em que se integram.

8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade prevista nas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém dois aspetos a ter em conta, consubstanciados em 1 Ênfase.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11.1 Reservas

Sem Reservas

11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os factos seguintes:

A totalidade dos Empréstimos bancários e dos Fornecedores em regime de locação financeira estão contabilizados como de Médio e Longo Prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2017, e que se elevará a cerca de 310.000€, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.

Estes aspetos são referidos ao longo deste relatório.

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2017 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

Imobilizado:

- a) A informação obtida do Município relativa ao imobilizado em curso a 31/12/2016 indica que existem 4 obras em curso com o valor de 1.400.000€, aproximadamente. Tendo em conta que o saldo contabilístico é de 2.801.970€, consideramos que já deveriam ter transitado para firme 1.400.000€. Não o tendo sido estão por essa razão subavaliadas as amortizações do exercício em cerca de 70.000€ (taxa de amortização média de 5%).
- b) Conforme nota 2.8 do Anexo, foi detetado em 2016 um erro na transição do Património entre as aplicações da BASEMED (até 2012) e MEDIDATA (a partir de 2013). Da correção a que se procedeu resultou uma regularização das amortizações em crédito das contas 48 - Amortizações Acumuladas por débito da conta 59 – Resultados Transitados, na quantia de 53.461.520 euros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) De acordo com informação do Município existem diversos bens por valorizar. Grande parte, no entanto, corresponde a terrenos que já forma alienados, pelo que a sua implicação nas contas é irrelevante. Esta situação vai ser regularizada em 2017.
- d) O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão dever ser reclassificado como investimento em imóveis.

Existências:

Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.

Empréstimos Concedidos:

Por entendermos que, não tendo em 2015 e em 2016 sido objeto de amortização por parte dos seus detentores 4 dos empréstimos, devem para os mesmos ser criadas provisões num total de 12.266€.

Estado e O. Entes Públicos

- a) Todos os meses deve ser realizado o apuramento contabilístico do IVA.
- b) Existem divergências, em sede de IVA, entre o apuramento do Município e o apuramento automático da AT, o apuramento do Município está subavaliado, por essa razão o saldo da contabilidade está subavaliado em 4.234€.
- c) O saldo da CGA relativo aos funcionários está sobreavaliado em 7.254€. Esta divergência deve ser regularizada em 2017.

Outros Devedores e Credores:

- a) Existem divergências entre o balancete de terceiros e o saldo da contabilidade referente à conta de cauções e garantias. Deve ser averiguado o motivo da diferença e corrigida em 2017.
- b) Na venda de lotes o proveito deve ser reconhecido no momento da venda, independentemente do fluxo financeiro ser em prestações - Conta 2681109.
- c) A amortização de contrato de leasing que correspondente a 2017 deve ser registado em curto prazo. O valor a considerar é de cerca de 80.000€.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) De acordo com o referido na área de Depósitos à Ordem, o valor incorreto apurado na reconciliação da CGD foi reconhecido numa conta de outros devedores (239.860€), e foi provisionado.

Caixa

O saldo de caixa excede o valor máximo permitido na norma de Controlo Interno.

Depósitos à Ordem:

- a) A reconciliação bancária não deve servir apenas para identificar as diferenças existentes entre os saldos contabilísticos e bancários. É sobretudo um procedimento de controlo interno que permite a correcção de inconsistências entre os dois saldos. Por essa razão uma reconciliação correta não deve apresentar movimentos por reconciliar com data muito distante da data de reconciliação, assim se a data de reconciliação for de 31/12/2016, os movimentos por reconciliar não devem ser anteriores a 30/06/2016.
- b) As reconciliações bancárias apresentam movimentos por reconciliar anteriores a 2016. As mesmas devem ser identificadas e regularizadas em 2017.

Fornecedores em regime de locação financeira.

A totalidade desta conta está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Do mesmo modo do que entendemos para os Empréstimo Bancários, a parte que se vence no ano de 2017, e que se elevará a cerca de 80.000€, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.

Fornecedores:

O saldo do Balanço da rubrica de faturas em recepção está sobreavaliado em 144.385€ por terem nele sido considerados os saldos de faturas em recepção da conta 2618 - fornecedores de imobilizado.

Acréscimos de Custos:

Não foi acrescido os encargos de SS e CGA com férias e subsídio de férias, o que subavalia em cerca de 153.900€, a provisão para Remunerações a liquidar.

Proveitos Diferidos:

Durante o ano de 2016 continuou o procedimento de reconciliação do imobilizado. No entanto, continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequentemente sujeitos a





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

amortização, não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000€ de proveitos diferidos que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000€. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2017 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

Reservas:

A proposta de aplicação do resultado líquido de 2015 indica que 5% do resultado deve ser transferido para reservas livres, por lapso foram transferidos 5% para a conta de reservas estatutárias. Uma vez que não afeta as demonstrações financeiras vistas como um todo, deve em 2017 ser regularizado.

Transferências e Subsídios

Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento válido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo).

Trabalhos para a própria entidade:

- a) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto.
- b) Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

Orçamental:

Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 20 de abril de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

